

## ÍNDICE

Prefácio à publicação.....	7
Prólogo .....	11
Resumo .....	15
Abstract.....	17
Siglas e denominações mais utilizadas.....	19
Palavras Introdutórias .....	23
<b>PARTE PRIMEIRA – Aspectos iniciais – Globalização, Direito e Fiscalidade. Compreender o universo Internacional Fiscal actual .....</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Moldura Sócio-Económica do Mundo Hodierno. Retrato do nosso Tempo e do nosso Direito .....</b>	<b>37</b>
<i>I. A globalização como realidade do nosso tempo .....</i>	<i>37</i>
<i>II. O impacto da globalização no Direito – O Direito do nosso tempo</i>	<i>59</i>
1. A linguagem comum: o diálogo necessário, a agência internacional, a <i>reflexive law</i> e a mudança na forma de governação	66
2. A valorização da democracia e os movimentos sociais .....	67
3. A nova ética e o fim de alguns mitos: o não à amoralidade jurídica e ao método unitário .....	68
4. Humanização estratégica .....	69
<b>CAPÍTULO 2 – Globalização e Fiscalidade. Os desafios de tributar na era da globalização .....</b>	<b>73</b>
<i>I. O rosto da fiscalidade tradicional .....</i>	<i>73</i>
1. Princípios orientadores .....	76
2. Caracterização .....	82
3. Componentes .....	84
4. Funções do imposto .....	86

<i>II. O impacto da globalização na fiscalidade</i> .....	94
1. Inadequação e desajustamento dos sistemas fiscais perante a realidade global .....	94
2. Profunda alteração na relação de forças na relação jurídica fiscal .....	113
<i>III. As respostas que vêm sendo dadas pelas Administrações Fiscais e pelas organizações internacionais no âmbito fiscal em face dos desafios colocados pela globalização</i> .....	117
1. Ganhar competitividade fiscal .....	119
2. Condenação da concorrência fiscal prejudicial .....	121
3. Combate à fraude e à evasão fiscais .....	122
4. Criação e reforço de medidas anti-abuso .....	124
5. Importância da troca de informações e da assistência mútua .....	126
6. A defesa de procedimentos alternativos na resolução de litígios .....	128
7. Limitação da parafiscalidade .....	129

**PARTE SEGUNDA – O universo do Comércio Electrónico e da tributação internacional** .....

**CAPÍTULO 1 – Aproximação ao universo do comércio electrónico: O conceito, as modalidades, o aparecimento, a evolução e as características** .....

<i>I. O conceito de comércio electrónico</i> .....	133
<i>II. As modalidades de comércio electrónico</i> .....	141
1. Critério subjectivo – o tipo de intervenientes envolvidos nas operações electrónicas .....	141
2. Critério sistemático – o tipo de aplicação utilizado .....	147
3. Critério quanto à forma – comércio electrónico <i>on-line</i> e <i>off-line</i> .....	148
<i>III. O aparecimento e evolução do comércio electrónico</i> .....	150
<i>IV. As características do comércio electrónico em confronto com as características do comércio tradicional</i> .....	155

**CAPÍTULO 2 – Impacto do Comércio Electrónico no universo dos Sujeitos da Relação Jurídica Fiscal** .....

<i>I. A perspectiva do contribuinte: o impacto do comércio electrónico nos agentes económicos</i> .....	168
1. Oportunidades do comércio electrónico para os agentes económicos/contribuintes .....	168
1.1. Facilidades de intervenção no mercado .....	168

1.1.1. A visão empresarial .....	168
1.1.2. A visão do consumidor: o impacto do B2C .....	174
1.2. Atractividade fiscal .....	178
1.2.1. Facilitar o planeamento, a evasão e a fraude fiscais .....	178
1.2.1.1. A escolha de jurisdição e a conseqüente deslocalização geográfica .....	181
1.2.1.2. A reorganização dos custos em função da minimização da tributação .....	185
1.2.2. Benefícios fiscais por conta da utilização do comércio electrónico e das novas tecnologias .....	186
2. Fraquezas e ameaças do comércio electrónico para os agentes económicos/contribuintes .....	187
2.1. Fraquezas e ameaças comerciais .....	187
2.2. Fraquezas e ameaças fiscais .....	188
II. <i>A perspectiva da Administração Fiscal: o impacto do comércio electrónico no Fisco</i> .....	190
1. As oportunidades para a Administração Fiscal .....	190
1.1. Possibilidade de revitalização da máquina administrativa fiscal .....	193
1.2. Renovação da comunicação na relação jurídica fiscal ..	197
1.3. Abertura à intensificação das comunicações entre as Administrações Fiscais .....	199
1.4. Incentivar o dinamismo da economia .....	199
2. As ameaças, os riscos e os desafios para a Administração Fiscal: os problemas suscitados pelo comércio electrónico à fiscoalidade .....	201
2.1. As características do comércio electrónico como a génese dos problemas .....	202
2.2. A forma como as características do comércio electrónico são aproveitadas pelos agentes económicos/contribuintes acentua os problemas .....	206
2.3. Resultado da análise: os problemas para as Administrações Fiscais .....	207

### **CAPÍTULO 3 – Impacto do Comércio Electrónico no Direito Internacional Fiscal**..... 211

I. <i>A crise dos elementos de conexão tradicionais</i> .....	212
1. Residência: perda de vigor do critério da localização .....	214
2. Fonte: inadequação do estabelecimento estável tradicional .	227
2.1. Contextualizar a figura do estabelecimento estável .....	229

2.2. A construção da tributação na fonte dos lucros empresariais como a tributação dos rendimentos gerados pelo estabelecimento estável .....	236
2.2.1. Estabelecimento estável por natureza ou conceito básico .....	239
2.2.2. Estabelecimento estável por ficção .....	246
2.3. Análise dos parâmetros essenciais do estabelecimento estável .....	252
2.4. O impacto do comércio electrónico no conceito de estabelecimento estável e na tributação na fonte: os problemas suscitados pelo comércio electrónico para o estabelecimento estável e para a fonte .....	257
II. <i>A crise dos elementos de conexão como uma crise nas regras determinativas da residência e da fonte no âmbito do comércio electrónico</i> .....	265
<b>PARTE TERCEIRA – Tributar o Comércio Electrónico</b> .....	277
<b>CAPÍTULO 1 – Tributar o comércio electrónico. Respostas da Fiscalidade ao comércio electrónico</b> .....	279
I. <i>1.ª Resposta – Comércio electrónico e Internet como espaços ausentes de tributação ou com tributação privilegiada. A recusa: porquê tributar efectivamente o comércio electrónico?</i> .....	279
II. <i>2.ª Resposta – Bit Tax e outras propostas alternativas aos princípios da residência e da fonte para tributar a Internet e as novas tecnologias. A recusa</i> .....	287
III. <i>3.ª Resposta – A tributação do comércio electrónico com base nos princípios da residência e da fonte. A aceitação. Identificação das questões essenciais a analisar</i> .....	299
<b>CAPÍTULO 2 – Onde tributar o comércio electrónico</b> .....	307
<b>CAPÍTULO 2.1. – A recusa de uma tributação exclusiva no âmbito do comércio electrónico. A defesa de uma tributação repartida entre residência e fonte</b> .....	309
<b>CAPÍTULO 2.2. – Avaliar e determinar a residência e a fonte dos rendimentos empresariais gerados pelo comércio electrónico</b> .....	339
<b>CAPÍTULO 2.2.1. – A Residência do Beneficiário dos Rendimentos Societários gerados pelo Comércio Electrónico</b> .....	341

<i>I. Soluções já apresentadas na doutrina e organizações internacionais</i> .....	342
1. Apresentação de soluções já defendidas: o estado d'arte da "nova" residência .....	342
2. Análise crítica das soluções avançadas pela doutrina e organizações internacionais com base nos princípios fundamentais da fiscalidade internacional .....	354
2.1. Crítica às soluções doutrinárias .....	354
2.2. Crítica às soluções apontadas pela OCDE .....	363
<i>II. Abordagem crítica ao conceito de residência. Procura de critério para determinar a residência societária no âmbito do comércio electrónico</i> .....	365
1. Tentativa de construção dogmática de um conceito de residência para o âmbito do comércio electrónico .....	365
2. A concretização possível. Análise que se pretende realista. ....	369
<b>CAPÍTULO 2.2.2. – A Fonte dos Rendimentos Empresariais Gerados pelo Comércio Electrónico</b> .....	385
<i>I. Soluções já apontadas pela doutrina e organizações internacionais</i> .....	386
1. A posição construída e defendida pela OCDE .....	386
2. Posições doutrinárias defendidas para a fonte no comércio electrónico .....	392
2.1. O estabelecimento estável virtual .....	393
2.2. A proposta de tributação consoante a existência de erosão na base de tributação ( <i>Base erosion approach</i> ) .....	395
2.3. A proposta de retenção na fonte recuperável ( <i>Refundable withholding approach</i> ) .....	398
<i>II. Abordagem crítica aos conceitos de fonte apresentados</i> .....	400
1. Crítica à posição da OCDE .....	400
2. Análise crítica às posições defendidas pela doutrina .....	406
<i>III. Abordagem crítica ao conceito de fonte. Procura de critério para determinar a fonte no âmbito do comércio electrónico. Solução preconizada: a cadeia de criação de valor virtual como o critério revelador da fonte do rendimento</i> .....	411
1. A cadeia de criação de valor virtual como elemento revelador da fonte do rendimento .....	412
1.1. Contextualização e conceito de cadeia de valor .....	413
1.2. Cadeia de valor e comércio electrónico .....	418

1.2.1. Cadeia de valor do comércio electrónico e cadeia de valor do comércio tradicional: caracterização da cadeia de valor virtual – a busca da sua essência no mundo virtual .....	418
1.2.2. O papel e a aplicação da cadeia de valor virtual no âmbito do Direito Internacional Fiscal .....	430

<b>CAPÍTULO 3 – Como localizar os elementos de conexão que determinam onde deve ser tributado o comércio electrónico .....</b>	<b>443</b>
<i>I. O papel dos intermediários no acesso à informação sobre as operações e o contribuinte por parte das Administrações Fiscais</i> .....	<i>445</i>
1. O recurso a terceiras entidades como forma de obter informações e efectivar a tributação .....	445
2. O papel dos intermediários no auxílio da Administração Fiscal na determinação da residência e da fonte no âmbito do comércio electrónico .....	449
<i>II. A necessária cooperação internacional entre as Administrações Fiscais como forma de facilitar e de partilhar o acesso à informação relevante para efectivação da tributação: a assistência fiscal, em especial a troca de informações entre Administrações Fiscais</i> .....	<i>483</i>
1. O papel da assistência internacional no quadro do Direito Internacional Fiscal .....	485
2. A necessidade da cooperação entre as Administrações Fiscais para a determinação da residência e da fonte no comércio electrónico .....	501
Teses .....	511
Caminho Percorrido .....	515
Bibliografia .....	573